timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 114 JULHO 1995

O FIO DA NAVALHA

Segundo o comunicado final da 6ª ronda das conversações Portugal-Indonésia, a abordagem das "questões políticas de fundo" teve um começo pouco auspicioso para Timor

As expectativas criadas em torno da 6ª ronda dos encontros entre os MNE de Portugal e da Indonésia sob os auspícios do SG da ONU era grande. Estava acordado que, finalmente, as questões envolvendo o estatuto político de Timor Leste íam começar a ser abordadas. Mas o comunicado final saído da reunião de Genebra veio criar zonas de sombra quanto aos desenvolvimentos futuros.

Três pontos sobressaem deste comunicado: as relações Portugal-Indonésia, a defesa da integridade cultural timorense e os encontros intra-timorenses.

Poderia dizer-se que se começou pelo fim. Isto porque o estado actual das relações luso-indonésias são consequência da invasão e ocupação de Timor e porque a preservação da identidade cultural timorense só será efectiva enquanto consequência da preservação da sua identidade política.

Ao deixar que a abordagem das "questões políticas de fundo" se iniciasse por estes dois pontos, Lisboa partiu de uma posição de fraqueza face ao seu adversário.

A AMEAÇA DA *REALPOLITIK*

O regime indonésio aposta forte na quebra da larga base de solidariedade da opinião pública portuguesa e da unanimidade das declarações de princípio da sua classe política.

Esta última, porém, é mais formal que real. Discutir as relações Portugal-Indonésia fora do quadro de uma solução global para o problema de Timor abre espaço às *realpolitiks*, existentes tanto no partido no poder como nos partidos na oposição. E com a eventualidade de uma mudança da equipa governativa a sair das próximas eleições legislativas, são de recear que voltem a aparecer propostas de saída "realistas", visando arrumar rapidamente o que alguns consideram ser "*um jarrão da política externa portuguesa*".

Foi, aliás, à sombra do "realismo político" que, há alguns anos atrás, foi defendido o reconhecimento da integração de Timor Leste na Indonésia, num quadro que implicava a salvaguarda da língua e cultura portuguesa no território.

Hoje as circunstâncias mudaram e já não é possível reduzir a "*preservação da identidade cultural timorense*" ao simples regresso da cultura do antigo colonizador, sobretudo se tal for entendido como a abertura de um quiosque em Díli para vender o jornal *A Bola*. Porque para a jovem geração maubere, nada e criada sob o colonialismo indonésio, que nas ruas de Díli, Baucau, Ermera, ..., desafia o novo poder colonizador, a cultura portuguesa - os valores que a integram, o da liberdade, o do respeito dos povos a decidirem do seu destino - é uma arma de resistência, isto é, é uma questão essencialmente de prática política.

Ficam os encontros intra-timorenses, o ponto de maiores implicações políticas imediatas. Como era de esperar, Ali Alatas opôs-se ao estabelecimento de qualquer relação entre eles e os encontros a nível de MNE. Ceder neste campo representava reconhecer a efectiva participação da parte timorense nas negociações. Mas o facto de ter sido obrigado a admitir a sua continuidade, associado à contínua instabilidade política que se vive em Timor, leva a crer que o regime indonésio tem pouca margem de manobra neste campo.

Aliás, qualquer das partes em presença tem agora menos campo de manobra. Dificilmente hoje - pelos elevados custos políticos que isso teria - a Indonésia poderá abandonar a mesa das negociações ou Portugal voltar atrás em compromissos que assuma. O processo entrou numa fase de irreversibilidade. As falhas, as desatenções, são agora irreparáveis. Caminha-se no fio da navalha. Menor margem de movimentação requer maior firmeza e determinação política. O que não é o forte dos "realistas políticos".

neste número:

O FIO DA NAVALHA

GENERAL, MAS NÃO EMBAIXADOR

PIJAR, CENTELHA DE LUTA

O GENERAL QUE QUERIA SER EMBAIXADOR

Era uma vez um general que queria ser embaixador. Mas veio de lá a opinião pública e o desejo transformou-se em humilhação

Eis uma história, cuja versão mais plausível seria a seguinte: a Indonésia propõe a nomeação para o cargo vacante de embaixador em Camberra de um general com um passado bastante sombrio em termos de Direitos Humanos; o Governo australiano faz alguns discretos comentários de circunstância, mas acaba por confirmar a referida nomeação; rápida e discretamente o assunto é resolvido, em benefício dos "superiores interesses" das duas diplomacias.

Infelizmente para Gareth Evans e Ali Alatas não foi bem assim que tudo acabou por se passar. Por ironia do destino, o principal coveiro do general foi um jornal que já não existe, suspenso pelo regime que aquele representa e defende.

UM *CURRICULUM* À MEDIDA

As coisas começaram a correr mal para o general na reserva Herman Mantiri, indigitado para ocupar a partir de Julho o cargo de Embaixador indonésio na Austrália, quando na última semana de Junho a imprensa deste país começou a dar relevo ao *curriculum* do candidato e à sua "especial" ligação à questão de Timor Leste.

De facto, Mantiri tinha sido comandante do Batalhão 700, directamente envolvido na fase mais sangrenta do genocídio timorense, durante a *Operasi Seroja* em 1976/77 e tinha ocupado posteriormente lugares de responsabilidade no Comandante militar da região.

O seu cume de notoriedade foi alcançado com as declarações sobre o massacre de Santa Cruz, feitas ao *Editor* em 1992 e agora abundantemente reproduzidas na imprensa australiana: "*não lamentamos nada*" e "*a acção da tropa foi a mais adequada*", comentou então a propósito do 12 de Novembro.

CRONOLOGIA DA CRISE

Face ás repercussões que o caso estava a assumir junto dos *media* e da opinião pública australianos, o MNE Evans vê-se forçado em 26/06 a pedir ao Embaixador indigitado para apresentar desculpas pelas suas afirmações ao *Editor*. Nesta fase, Evans ainda achava que, por muito "*lamentáveis*" que fossem as anteriores afirmações de Mantiri, elas não o incapacitavam para o cargo. Defende a sua nomeação e afirma que as explicações pedidas poderiam ser dadas na Austrália, já depois de ser acreditado.

Mantiri, porém, não ajuda: numa entrevista ao *The Australian* (1/07/95), aceita expressar o seu desgosto pelo "*incidente de Díli*", mas declina retractar-se das declarações ao *Editor*.

A situação complica-se para Evans quando no dia 2 de Julho dois influentes deputados trabalhistas (o seu partido) elevam o tom e não só classificam a escolha de Mantiri como totalmente inaceitável, como consideram errada a política australiana em relação a Timor Leste.

No dia 3, a Embaixada australiana em Jacarta expressa ao Governo indonésio a preocupação do seu Governo em relação ao candidato proposto. Sabe-se então que parte da semana anterior foi consumida em negociações telefónicas entre os MNE dos dois países. Nesse dia, pela 1ª vez, Mantiri admite poder não ir para Camberra.

No dia 6, uma declaração do MNE indonésio anuncia finalmente o cancelamento da nomeação de Mantiri. A razão anunciada para a decisão é evitar que Mantiri se torne um "*alvo político*". O lugar irá ficar vago por um período de tempo indeterminado.

SUBESTIMAÇÃO GROSSEIRA

O "caso Mantiri" teve um impacto enorme na sociedade australiana, obtendo manchetes quase diárias nos jornais e na televisão durante cerca de duas semanas. Já no rescaldo do cancelamento, a apreciação generalizada era que o assunto tinha constituído uma humilhação pública sem precedentes para a Indonésia - "*um ovo em cheio na cara*", nas palavras dum diplomata ocidental em Jacarta (*Reuter*, 6/07/95) - reveladora da inépcia da diplomacia dos dois países.

A pergunta óbvia é: como foi possível duas diplomacias tão cúmplices e experimentadas deixarem o assunto resvalar desta forma? Nesta matéria, as opiniões foram unânimes: subestimação grosseira dos sentimentos e da capacidade de reacção da opinião pública australiana.

Uma observação atenta dos factos mostra como o MNE australiano, embora coordenando a sua posição com Alatas desde o início, andou sempre a reboque dos acontecimentos. O próprio Alatas mostrou-se publicamente agastado com o facto de não ter sido antecipadamente informado das repercussões que o caso poderia atingir e lembrou que a nomeação tinha recebido prévia "luz verde" da Austrália.

Segundo Harold Crouch, professor da Escola de Estudos Asiáticos e do Pacífico da Universidade Nacional australiana, em entrevista à rádio *ABC*, a chave da alteração de posição dos dois Governos foi a amplitude dos protestos: "*Penso que provavelmente um dos problemas foi que o Governo indonésio estava ao corrente da preocupação dos australianos em relação a Timor Leste, mas desconhecia a profundidade desses sentimentos. Penso que é também provável que o Governo australiano não tivesse percebido que iria haver uma tal reacção. Foi provavelmente uma falha de análise dos dois lados.*"

PIJAR, CENTELHA DE LUTA

O PIJAR é uma das mais activas organizações indonésias na luta por uma sociedade democrática. E Timor Leste tem constituído um dos seus eixos centrais de acção

"Pode-se dizer que o PIJAR é o local onde se juntam os que lutam por uma causa justa. Algures na entrada da sua sede (inicialmente situada na zona oriental de Jacarta e agora na zona sul), existia uma inscrição com um 'conselho' aos activistas e visitantes: '*Se estás indeciso, vai para casa*'. Esta ONG é bem conhecida como o centro de um movimento de manifestações de protesto. De acordo com um dos seus activistas, as manifestações foram escolhidas deliberadamente como meio de canalizar as aspirações que até agora tinham sido bloqueadas.

PIJAR significa 'centelha' e é o acrónimo indonésio de *Pusat Informasi dan Jaringan Aksi untuk Reformasi* (Centro de Informação e Acção para a Reforma Democrática). Foi fundado em Setembro de 1989 por cerca de 40 estudantes de vários institutos do ensino superior de Jacarta, Bandung e Yogyakarta. De acordo com o seu director executivo, Rachland Nashidik, o objectivo do PIJAR é o de lutar pela democracia e pelos direitos humanos. Com uma direcção de 25 pessoas, o PIJAR não tem membros regulares.

Está, contudo, dividido em departamentos. Um está vocacionado para acompanhar o desenvolvimento das questões sócio-políticas e organizar periodicamente estudos sobre este tema. Também existe um departamento cujo objectivo é o de formar quadros, envolvendo-os nas questões sociais. O sector de edições está encarregue das publicações periódicas *Kabar dari PIJAR* (Notícias do PIJAR) e *Neraca Pembangunan* (Situação do Desenvolvimento). Outro sector apoia judicialmente causas, o que inclui a promoção de campanhas de informação sobre elas. E há, claro, um sector que trata dos assuntos administrativos internos.

Os activistas do PIJAR têm organizado manifestações em várias ocasiões - desde protestos contra o aumento das tarifas de electricidade, até iniciativas de apoio à convocação de uma sessão plenária especial do MPR (Assembleia Popular Consultiva) com o objectivo de levar o Presidente Suharto a prestar contas dos seus actos. O dinheiro necessário para pagar os custos destas acções tem sido obtido através de donativos dos próprios activistas.

A manifestação de maior impacto foi a organizada para exigir a abolição das lotaria, defronte do parlamento, em Novembro de 1993. Nessa altura, Nuku Soleiman, o então director executivo do PIJAR, foi preso quando distribuia cartazes nas quais apresentava Suharto como '*o pai de todos os males*', versão que o aparelho repressivo interpretou como '*insulto à figura do Chefe de Estado*'. Nuku Soleiman foi então julgado e condenado a cinco anos de cadeia, a serem cumpridos na prisão de Cipinang.

Muito recentemente Triagus Susanto, secretário geral e editor do *Kabar dari PIJAR*, foi preso pelas suas críticas à suspensão do *Tempo*, *Editor* e *DeTik* em Junho do ano passado. Entretanto, Rachland Nashidik, director do conselho executivo do PIJAR, encontra-se, até este momento, na situação de perseguido pelos militares.

Na verdade, o PIJAR é a única ONG na Indonésia cujos dirigentes têm sido continuamente sujeitos a perseguição, detenção e prisão.

O PIJAR tem uma vasta rede de contactos e de cooperação de que fazem parte ONG e organizações estudantis de várias cidades de Java. Esta rede é reforçada pela publicação regular do *Kabar dari PIJAR* e *Neraca Pembangunan*, que divulgam ideias, opiniões e informações que não se conseguem encontrar nos meios de comunicação legais.

Neste contexto é compreensível que o PIJAR seja tão popular entre os estudantes - entre aqueles que procuram um campo de acção para as suas necessidades de transformação social ou que compreendem o idealismo do PIJAR. O que é certo deste idealismo é que entre os seus activistas existe um ardente desejo de democracia, de implementação e preservação dos direitos humanos. Estas aspirações são legítimas pois estão garantidas pela Constituição de 1945.

Os objectivos do PIJAR são convergentes com o de outras ONG: as aspirações populares, antes de mais nada as aspirações dos oprimidos. A diferença reside no facto do PIJAR ter escolhido a democratização como o centro das suas actividades - hoje a área mais crítica da política nacional indonésia - e por ser a mais visível na expressão das suas preocupações. Tem mesmo havido situações em que, para alguns, as acções do PIJAR contra o Governo são consideradas extremistas.

Mas as escolhas do PIJAR são o resultado dos canais que transmitem normalmente as aspirações populares (tais como o parlamento e a imprensa) estarem bloqueados.

Este estado de coisas tem sido reconhecido pelas pessoas em certos círculos, em silêncio. Simultaneamente, os jovens do PIJAR pronunciam-se sobre estes assuntos duma forma franca e aberta. Sendo jovens, não podem, naturalmente, aderir à cultura política javanesa tal como é expressa no ditado '*faz o que fazes mas não da maneira como o fazes*'.

É perfeitamente possível que a sua luta acabe à medida que forem envelhecendo. Uma coisa é certa: a sua luta tem sentido e tem o seu próprio lugar na história."

***

Este texto foi escrito por um indonésio, vivendo actualmente na Holanda, a partir de informação recolhida em várias fontes, entre as quais a publicação *Media-Indonesia Minggu*.

ONU: COLONIALISMO DENUNCIADO

Contando com um número *recorde* de 30 peticionários, teve

lugar em Nova Iorque nos dias 11 e 12 de Julho mais uma sessão da Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

Este ano a Comissão ouviu as vozes de organizações de defesa dos direitos humanos, de organizações políticas timorenses - CNRM e Fretilin - de associações de solidariedade de 4 continentes - América do Norte, Ásia, Europa e Oceania - de organizações de base religiosa, parlamentares do Canadá (1, do Partido Liberal) e de Portugal (4) e um senador norte-americano.

A Indonésia, à semelhança do que aconteceu o ano passado, também teve peticionários que defenderam as suas posições, como Domingos Soares, regedor de Díli de 90 a 94.

A intervenção de maior repercussão foi, porém, a do enfermeiro australiano Simon de Faux que em Fevereiro e Março esteve no território a exercer a actividade profissional. O seu testemunho foi citado nas emissões da Voz da América e em jornais norte-americanos.

CGI: PARA BENEFÍCIO DOS POBRES

Aproveitando a realização em Paris da reunião anual do CGI

(*Consultative Group on Indonesia*), um consórcio internacional de doadores presidido pelo Banco Mundial, realizou-se no dia 18 de Julho à porta da sede daquele Banco na capital francesa "*uma manifestação em apoio dos povos da Papua Ocidental, de Timor Leste e de todos os territórios englobados num Estado criado há 50 anos*", o indonésio.

Organizada pelo *West Papua Peoples' Front* e *PaVo*, da Holanda, e o *Forum Timor* e *Tribal Act*, de França, tinha como objectivo confrontar os participantes nos trabalhos do CGI com outro tipo de informação que não a oficial e com as aspirações das populações sob a dominação de Jacarta.

Após numerosas insistências para que uma delegação dos manifestantes fosse recebida pelo Banco, o director da sua delegação em Jacarta, o sr. Denis de Tray, saiu do edifício e falou no passeio com estes.

Durante a conversa que então de desenrolou, o sr. Tray afirmou saber que o dinheiro investido na Indonésia pela instituição que representava apenas beneficiava os "*pobres*" deste país. Perante esta afirmação, um dos papuanos presentes lembrou ao sr. Tray que o seu povo, olhado pelo regime indonésio e pelos ocidentais como miserável, era na verdade muito rico e que as únicas fontes de destruição e morte eram os "programas de desenvolvimento" financiados pelo CGI pelo que implicavam de espoliação de terras, deslocação de populações, desflorestação, etc. A isto, o sr. Tray respondeu filosoficamente "*Isso são assuntos internos da Indonésia*".

Este ano o consórcio decidiu atribuir ao regime de Jacarta fundos no montante de 5,3 biliões de dólares americanos, +2% que no ano passado.

TIMOR LESTE: REGRESSA *NEON METIN* ...

Neon Metin, o periódico da Resistência Nacional dos Estudantes

de Timor Leste (Renetil) de língua portuguesa, voltou a circular depois de ter interrompido a sua publicação em Novembro do ano passado, em consequência da repressão que se seguiu à ocupação dos jardins da embaixada norte-americana em Jacarta.

Como é dito na Carta da Redacção, "*não há dúvida,* Neon Metin *afigura-se entre as mais 'fugidias' médias de comunicação que qualquer resistência conheceu. Porém, não há dúvidas também,* Neon Metin *é das poucas médias de comunicação que conseguem resistir aos furiosos avalanches indonésios.*"

E mais à frente acrescentam: "*Além disso, por aquelas alturas, para apoiar a implementação das nossas estratégias de 'Indonesiação da Guerra de Timor Leste' e 'Consolidação Organizacional', a equipa da Redacção teve que virar-se para o lançamento do* Larigutu *e* Loriku Lian, *dois outros porta-vozes da Resistência Estudantil, o primeiro editado em Língua Indonésia e dedicado à Solidariedade Indonésia, e o segundo em Tétum, destinado ao consumo dos* Asswains [gloriosos em têtum, nome por que vulgarmente são designados os guerrilheiros]."

Neon Metin contém uma diversificada - e muitas vezes única - informação sobre a vida dos timorenses em Timor Leste e na Indonésia e é passível de ser encontrado na Delegação Geral Autónoma do Exterior da Renetil em Portugal.

... E PRODUTORES DE CAFÉ PROTESTAM

Cerca de 50 agricultores timorenses manifestaram-se no dia

8 de Julho em Gleno, uma localidade a 65 Km a Oeste de Díli, contra os baixos preços do café. Os produtores reclamavam uma subida do preço do grão de 1.500 Rupias/Kg (cerca de 90$00) para 2.500 Rupias (perto de 165$00). Durante o protesto os manifestantes incendiaram o mercado local.

Durante muitos anos os agricultores foram obrigados a vender a sua produção a uma única empresa, a *PT Denok*, ligada aos militares, que fixava o respectivo preço. Por pressão do antigo governador Mário Carrascalão, também ele um produtor, os militares abriram mão do seu monopólio sem que isso tivesse significado uma alteração das "regras" de mercado.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317